



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UMA TEOLOGIA BÍBLICA DE INCLUSÃO

PEOPLE WITH PHYSICAL DEFICIENCY: A BIBLICAL THEOLOGY OF INCLUSION

Rosangela Pereira da Silva Souza¹
Mariluce Emerim de Melo August²

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise, através de pesquisa bibliográfica, sobre a Teologia Bíblica para inclusão de pessoas com deficiências físicas nas igrejas evangélicas, com destaque ao modelo de Jesus expresso no Novo Testamento. A pesquisa demonstrou alguns fatores que dificultam as igrejas no desenvolvimento de ações que incluam todas as pessoas em seus templos e em seus programas. Entre eles, são destacados: as barreiras arquitetônicas e a falta da prática de uma teologia com respostas fiéis ao texto bíblico. E, por fim, destaca-se o viés da Teologia da Confissão Positiva, ou Teologia da Prosperidade, que contribui para invisibilizar a pessoa com deficiência por sua suposta falta de fé. Também, faz-se análise da prática eclesial sobre a inclusão de pessoas com deficiências físicas e apontam-se passos práticos, que caracterizam uma igreja alinhada com a visão bíblica a respeito da inclusão deste público.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Deficiência Física. Teologia de inclusão.

ABSTRACT

This paper presents an analysis, through bibliography research, about the Biblical Theology for inclusion of people with physical disabilities in evangelical churches, especially the model of Jesus expressed in the New Testament. The research showed some factors that hinder the churches in developing actions to include all people in their temples and in their programs. Among them are highlighted the architectural barriers and the lack of practical theology with a real response to the biblical text. And finally, there is the bias of the Theology of Positive Confession or Prosperity Theology, which contributes to the invisible-disabled person for its supposed lack of faith. Also, has been done an analysis of the ecclesiastical practice about the inclusion of people with physical disabilities and was appointed practical steps that characterizing a church aligned with the biblical view respect to the inclusion of these public.

¹Bacharel em Teologia pela Faculdade Fidelis. rosangela.menonita@gmail.com.

²Doutora e Mestre em Teologia pela PUCPR. Especialista em Ministério Pastoral e Bacharel em Teologia pela Faculdade Fidelis. Docente na Faculdade Fidelis. Mariluce.august@fidelis.edu.br

KEYWORDS: Inclusion. Physical Disability. Theology of Inclusion.

INTRODUÇÃO

Percebe-se uma singular preocupação, na atualidade, em relação às pessoas com deficiências físicas, ou com outras necessidades, por parte dos governantes e da sociedade em geral. O tema inclusão tem sido abordado em vários âmbitos. Para garantir os direitos das pessoas com deficiências, por exemplo, foram instituídas algumas leis, das quais é importante destacar a LEI Nº 10.098³, Art. 1º. Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos: nas vias e espaços públicos; no mobiliário urbano; na construção e reforma de edifícios; e nos meios de transporte e de comunicação. E, com a LEI Nº 13.146⁴, Art. 1º, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania.

A preocupação com a inclusão das pessoas com deficiências pode ser notada nos governantes, nas escolas e empresas. Entretanto, parece que em certos ambientes, como igrejas, por exemplo, esta preocupação é pouco percebida. Pessoas com deficiências físicas podem não se sentirem à vontade para frequentar as igrejas evangélicas, por não se sentirem bem acolhidas em suas necessidades. E pode, talvez, ser tanto por causa das estruturas físicas nos templos, quanto à própria teologia referente à inclusão desse público apresentada nessas comunidades. Uma provável causa a ser investigada é a diversidade de teologias que se pregam na atualidade, entre elas a teologia da retribuição e da prosperidade, nas quais é ensinado que Deus tem que curar a todos, conforme amplamente divulgado em atuais programas específicos de televisão. Através das pregações nesses programas, dissemina-se a ideia de que toda limitação do ser humano é atribuída à falta de fé ou ao pecado do indivíduo, justificando assim, que a igreja não precisa se responsabilizar por esse grupo que, além de tudo, é minoria.

Percebe-se a dificuldade das igrejas em se adaptarem para receber essas pessoas que necessitam de uma teologia bíblica de inclusão e de uma estrutura física especial. Isso pode

³ BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.

⁴ BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015.

acontecer por falta de conhecimento técnico, falta de recursos financeiros e até mesmo por acharem de pouca importância.

Será que as igrejas evangélicas têm praticado uma teologia bíblica de inclusão efetiva para pessoas com deficiências físicas? Será que elas promovem as mudanças necessárias para que nenhum de seus membros fique excluído de suas atividades?

Para Sassaki,

[...]a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluam certas pessoas do seu seio e mantenham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana. Pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. (SASSAKI, 2005, p. 19-23).

Dessa forma, mudanças são necessárias para que todos sejam atendidos e acolhidos, e não somente mudando as estruturas físicas dos templos, mas informando-se das reais necessidades de cada pessoa.

Darke (2015, p. 16), com base no texto bíblico de Mateus 5.13-14, concorda que “cristãos são a luz e o sal do mundo” e precisam ser excelentes exemplos. Ela afirma que “há irmãos trabalhando duro para melhorar a vida de pessoas com deficiência. Eles zelam pelo seu bem-estar, ensinam como incluí-los na sociedade e como valorizá-los. [...] No entanto, na verdade estes ainda são minoria”. Portanto, só será possível entender e aceitar as diferenças, conhecendo mais de perto a realidade de cada pessoa, suas limitações e suas necessidades.

O objetivo da presente pesquisa é verificar, através de pesquisa bibliográfica, quais são alguns caminhos para uma inclusão efetiva das pessoas com deficiências físicas nas igrejas. Para isso, foi realizado um estudo teológico sobre a inclusão a partir dos evangelhos que trazem narrativas da postura de Jesus ao lidar com pessoas excluídas pela sociedade da época. E foram evidenciados alguns passos práticos para que haja uma inclusão mais efetiva de pessoas com deficiências em igrejas evangélicas.

Este estudo está estruturado nos seguintes tópicos: breve histórico da ideia sobre pessoas com deficiência; teologia bíblica da inclusão de pessoas com deficiências físicas; teologias atuais e sua relação com as pessoas vulneráveis; a prática de uma teologia bíblica de inclusão pelas igrejas.

1 BREVE HISTÓRICO DA IDEIA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Pesquisadores descobriram que a ideia sobre pessoas com deficiência dependia das crenças espirituais de cada cultura. Os egípcios (2500 a.C.), por exemplo, “cuja sociedade era controlada por uma classe de sacerdotes, consideravam que o nascimento de pessoas com deficiência era o resultado de influência de espíritos malignos.” (DARKE, 2015, p. 49).

De acordo com esse autor, na civilização dos babilônicos (de 1700 a 1560 a.C.), a pessoa que nascia com deficiência era vista como objeto de “um castigo dos deuses ou de uma possessão demoníaca.” (p. 50) Por praticarem a adivinhação a partir da observação de recém-nascidos, acreditavam que, se a criança nascesse com qualquer deficiência visível, “era sinal de que o mundo iria sofrer um desastre. Portanto, passaram a associar a deficiência a alguma desgraça.” (*ibid*, p. 50).

Para os gregos, a perfeição do corpo era essencial, e sua reputação de ter tentado criar uma sociedade na qual seus membros tivessem direitos e o indivíduo dignidade, justificava a prática do infanticídio sem censura, conclui Darke. “Afirma-se que, na cidade grega de Esparta, as crianças com deficiência eram deixadas ao relento. Se conseguissem sobreviver, eram então aceitas.” (DARKE, 2015, p. 50) E que práticas semelhantes a essas, também eram comuns na Índia, onde os bebês que nasciam com defeitos físicos eram jogados no rio. (DARKE, 2015, p. 50, 51).

Walber e Silva mencionam que:

[...] em Roma, bebês considerados anormais eram abandonados em cestas enfeitadas com flores às margens do rio e eram recolhidos por famílias pobres que os criavam para depois se utilizarem deles para pedir esmolas. “Os romanos, sentindo-se culpados por terem abandonado um filho nessas condições, davam esmolas para diminuir seu sentimento de culpa”. (WALBER; SILVA, 2006, p. 30).

Isso mostra que, através da história, o deficiente físico sofreu segregação por parte de diversas civilizações. Leonart menciona que:

As pessoas com deficiência, ao longo da história da humanidade, têm recebido diversos tipos de tratamentos. Os registros mais antigos dão conta que alguns povos simplesmente as exterminavam, outros, que as excluía ou segregavam do convívio social. (LEONART, 2007, p. 1).

Diante das narrativas citadas, pode-se observar que a deficiência física parece não ser aceita na maioria das culturas antigas. Entretanto, Darke (2015, p. 50) menciona que as práticas encontradas nos relatos bíblicos não condizem com a crueldade e discriminação desse contexto sócio histórico de infanticídio. E Walber e Silva afirmam que: “com a ascensão do Cristianismo

a partir do século IV, as ideias de eliminação compulsória de bebês com deficiência passaram a ser condenadas”. Além disso, “o direito à vida passou a ser defendido pelos cristãos, pois as mulheres, as crianças e pessoas entendidas como ‘diferentes’ passaram a ser consideradas ‘filhos de Deus’ e donos de uma alma e, conseqüentemente, humanos”. (WALBER, SILVA, 2006, p. 30). Aranha (2001, p. 161) também concorda que com o advento do cristianismo, a situação se modificou, “pois todos passaram a ser igualmente considerados filhos de Deus, possuidores de uma alma e portanto merecedores do respeito à vida e a um tratamento caridoso”.

Com base na afirmação dos autores, e em relatos bíblicos, pode-se dizer que foi o Cristianismo que iniciou o processo de resgate à dignidade humana dos grupos vulneráveis. E isto deveria ser uma boa razão para ser dignamente considerada nas práticas das igrejas cristãs.

2 TEOLOGIA BÍBLICA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS

Encontram-se na Bíblia vários textos que sinalizam o cuidado de Jesus com os grupos que eram excluídos no contexto cultural de sua época, e o propósito de seu ministério.

2.1 PROPÓSITO DO MINISTÉRIO DE JESUS

Os evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas descrevem o ministério de Jesus desde o início. Tanto Marcos como Mateus acentuam que Jesus ensinava nas sinagogas dos judeus. E, de acordo com Marcos 1.14⁵, “[...] Jesus foi para a Galileia, proclamando as boas novas de Deus”. Mas, apenas Lucas, no capítulo quatro, narra um episódio ocorrido na sinagoga de Nazaré, que mostra a preocupação de Jesus em relação aos grupos vulneráveis e o propósito de seu ministério.

O texto diz que Jesus entrou na sinagoga, conforme o seu costume e foi-lhe dado o livro (rolo) de Isaías para ler. Ele procura o texto (v⁶. 17) que nas Bíblias atuais é Isaías 61: 1-2. Jesus enfatiza, na leitura deste texto, o “ano aceitável do Senhor”, que vem a ser o anúncio do Reino de Deus descrito, de alguma forma, ao longo dos evangelhos. Ao terminar a leitura, Ele diz: “Hoje se cumpriu essa Escritura aos vossos ouvidos”. (v. 21). Com isso, Jesus, o Cristo, o Filho

⁵ Todas as passagens bíblicas não especificadas foram extraídas da Bíblia NVI. BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Nova Versão Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2002.

⁶ v.: Abreviação de versículo.

do Deus está anunciando aos judeus que ele mesmo era o Messias que os profetas anunciaram séculos antes.

O texto lido por Jesus diz, nos versículos 18 e 19: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para pregar boas novas aos pobres. Ele me enviou para proclamar liberdade aos presos e recuperação da vista aos cegos, para libertar os oprimidos e proclamar o ano da graça do Senhor”. Jesus era o Ungido de Deus, o Messias, esperado por Israel. Ele levaria as boas novas da salvação aos pobres, humildes, aflitos, desamparados e vulneráveis, a “*aphesis*”, que, do grego, significa remissão ou perdão dos pecados, livramento da escravidão ou prisão (STRONG 859, 2002, p. 1237).

Enfim, Jesus colocaria em liberdade aqueles que foram despedaçados, golpeados com dureza, quebrados pelos infortúnios da vida, pela miséria, pelas injustiças, pelo sistema, pelo pecado. Com isso, anunciava um novo tempo, o tempo aceitável do Senhor, aos grupos vulneráveis.

2.2 O REINO DE DEUS COM A INCLUSÃO DE TODAS AS PESSOAS

O ano aceitável do Senhor estava chegando com o perdão, esperança de uma nova vida, paz, compreensão e aceitação de todos. Jesus se relaciona com publicanos e pecadores (os considerados indignos pelos judeus), aceita as prostitutas, toca em leprosos, cegos e miseráveis, perdoa os pecados. Dessa forma, Ele demonstra que o Reino que está chegando é o cumprimento do Ano do Jubileu anunciado no Antigo Testamento, onde havia uma chance de recomeço. (KELLER, 2013, p. 46). Era uma forma de justiça social ordenada por Deus.

Jesus está dizendo que apregoaria o ano aceitável do Senhor, quando os pecadores seriam perdoados, os pobres e excluídos retornariam ao convívio do povo de Deus. Todos seriam aceitos na nova comunidade do Reino de Deus, que foi amplamente divulgado por Jesus, como relatam praticamente todos os livros do Novo Testamento.

Assim como Deus, no Antigo Testamento, recomenda o cuidado com o órfão, a viúva, o pobre e o estrangeiro em alguns textos bíblicos (Dt 10.17-19; 21.17-22), Jesus tem um cuidado especial com os vulneráveis da terra. No livro de Lucas, por exemplo, no capítulo 14, o autor descreve o episódio da ceia em que Jesus foi convidado e conta uma parábola. No versículo 13, Jesus recomenda aos seus ouvintes que, ao fazer uma festa, convidassem aqueles que não poderiam retribuir: os pobres, aleijados, mancos e cegos. E, nesta parábola, Ele repete dizendo que o homem que fez a grande ceia que foi recusada pelos convidados importantes, ordenou

aos seus servos que fossem pelas ruas e bairros da cidade e trouxessem os pobres, aleijados, mancos e cegos. Jesus ensina, por diversas vezes, a aceitação dos excluídos.

O evangelho de Mateus, por exemplo, relata a conversa de Jesus com os príncipes dos sacerdotes e anciãos do povo, quando disse aos judeus que aqueles que eles desprezavam, os publicanos e as meretrizes entrariam adiante deles no Reino de Deus (Mt 21.31). A própria escolha de Mateus, um publicano, para apóstolo, mostra que Jesus recebia e valorizava os excluídos. Inclusive, foi na casa de Mateus, em um banquete, que Jesus sentou-se à mesa com publicanos e pecadores, tendo sido criticado pelos fariseus (Lc 5. 27-32).

A ênfase do ensinamento de Jesus sobre os excluídos é notória nos evangelhos: os samaritanos, as mulheres, os leprosos, os publicanos, os cegos, os aleijados, as crianças, os endemoniados, os pobres. Eram pessoas que não tinham como se defender no sistema judaico da época. Eram vulneráveis e tinham a atenção do Salvador. Em cada uma de suas ações, Jesus mostra sua compaixão e seu poder. (DARKE, 2015, p. 102).

Stadelmann (2006, p. 88) menciona que “o sofrimento físico de pessoas ocupou boa parte do tempo, da energia, da missão de Jesus [...]”. E continua descrevendo:

O objetivo dos evangelistas de situar as cenas de cura na presença dos líderes judaicos é devido ao fato de eles se considerarem os donos da dignidade moral, civil, religiosa. Além disso, eles controlavam ostensivamente o comportamento de Jesus com relação aos excluídos da sociedade. E que eles negavam-lhes o direito à dignidade, convencidos de que eram deficientes físicos por serem pecadores.

Jesus estava demonstrando que para fazer parte do Reino de Deus as pessoas não precisavam ser perfeitas. Ele demonstrou seu amor e misericórdia para os grupos que eram excluídos e marginalizados naquela época (BOCK, 2012, p. 866). Jesus estava anunciando a chegada do Reino de Deus, onde todos eram bem-vindos: “Ele ministrou a qualquer pessoa com necessidade física, emocional e espiritual, sem distinção”. (DARKE, 2015, p. 99).

Alguns episódios no livro de Lucas estão correlacionados ao texto que Jesus leu na sinagoga no início de seu ministério. Jesus teve compaixão da viúva de Naim e ressuscitou o seu único filho (Lc 7.11-15). Ressuscitou a filha de Jairo (Lc 8.41,42; 49-56). Curou o menino endemoniado cujo pai estava desesperado (Lc 9.38-42); o leproso (Lc 5.12,13); o parálítico (Lc 5.18-20); a mulher curvada (Lc 13. 16); o cego de Jericó (Lc 18. 35-43); os dez leprosos, restaurando-lhes o direito de conviver novamente na sociedade (Lc 17.11-19); o endemoniado gadareno, libertando-o do espírito imundo e lhe devolvendo a dignidade (Lc 8.26-36); e a mulher que ungiu os pés de Jesus, não a rejeitando, mas dando-lhe valor diante do público que a julgava. (Lc 7.36-49).

Figueira (2015, p. 107) descreve que Jesus, com sua vinda, deu início a uma mudança geral de entendimento para a inclusão dos menos favorecidos no Cristianismo. Segundo o autor, “Jesus já promovia a inclusão, ensinando pela palavra e pelo exemplo que não basta torcer pelos excluídos, é preciso ser solidário com eles.” (*Ibid.*, p. 112). Isso significa se identificar com as pessoas e suas necessidades.

E todos os feitos de Jesus tinham como objetivo “mostrar o amor de Deus e sua salvação. Jesus curou para mostrar o reino de Deus” (DARKE, 2015, p. 88). No entanto, Jesus não só cura as pessoas, ele deixa alguns ensinamentos para a sua igreja: “em vez de evitar o contato com pessoas com deficiência, convidou-as a participar do seu reino. [...] Seu exemplo abraçando os marginalizados da sociedade deveria nos levar a imitá-lo”. (DARKE, 2015, p. 89).

Jesus em sua compaixão curou muitos doentes e muitas pessoas com deficiências. Muitas vezes, quebrando regras religiosas a fim de dar liberdade para alguns paráliticos e cegos, sendo, muitas vezes, perseguido pelas autoridades de sua época.

3 TEOLOGIAS ATUAIS E SUA RELAÇÃO COM AS PESSOAS VULNERÁVEIS

Os evangelhos narram as ações de Jesus incluindo as pessoas, especialmente os vulneráveis, que eram rejeitadas pela sociedade da época, no entanto, diante da diversidade de correntes teológicas evangélicas atuais, algumas, como a Confissão Positiva e a Teologia da Prosperidade, acabam se tornando empecilhos para a inclusão do deficiente nas Igrejas. Mais do que isto, ainda pode levar a uma maior discriminação. Gaede Neto explica que:

Foi na década de 1940, nos movimentos de cura divina, nos Estados Unidos, que a Teologia da Prosperidade começou a ser articulada. Mais tarde veio a se transformar em movimento doutrinário, e, finalmente nos anos 1970, tornou-se teologia reconhecida entre movimentos evangélicos carismáticos, principalmente por meio de Kenneth E. Hagin (GAEDE NETO, 1998, p. 6 apud ESPERANDIO, 2013, p. 19).

Apesar de Kenneth E. Hagin ser o difusor dessa teologia, segundo Esperandio (2013, p. 20), “suas ideias não são originais”. Sua fonte de inspiração foi Essek William Kenyon, conforme menciona Zietz (2015, p. 9).

Hanegraaff afirma que:

Essek William Kenyon, cuja vida e ministério sofreram tremendo impacto de seitas como Ciência da Mente, Escola da Unidade do Cristianismo, Ciência Cristã e a Metafísica do Novo Pensamento, é o verdadeiro pai do moderno movimento da fé. Muitas frases produzidas pelos atuais mestres da prosperidade, como “o que eu

confesso, eu possuo” foram originalmente cunhadas por Kenyon. (HANEGRRAFF, 1996, p. 27 apud ZIETZ, 2015, p. 9).

Hagin, porém, alega ter tido diversas revelações dentre as quais se destaca a revelação do versículo bíblico de Marcos 11:24: “Portanto, vos afirmo: Tudo quanto em oração pedirdes, tendes fé que já o recebestes, e assim vos sucederá”. Depois de meses buscando entender esse texto, por fim, ele percebe que: “[...] esse versículo diz que você tem que crer quando você ora. O ter vem depois de crer. Eu agia de forma inversa”. Segundo ele, “é o que a maioria das pessoas fazem (sic)”. (HAGIN, 2013b, p. 24 apud MARTENS, 2013, p. 9).

Diante de sua experiência pessoal, Hagin entende que o cerne dessa revelação é a confissão de seus pedidos em alta voz e “não duvidar para que a oração seja atendida”. (ZIETZ, 2015, p. 10). Hagin estabeleceu sua própria autoridade espiritual a partir de suas experiências “místicas de cura e das revelações que afirmava ter recebido diretamente de Deus”, sendo assim ele estabelece três passos para alcançar a prosperidade: “determine, receba, conte”. (ESPERANDIO, 2013, p. 20).

A Teologia da Prosperidade com o enfoque na confissão positiva tem influenciado um grande número de pessoas no Brasil. Afinal, quem não quer uma vida em que não há espaço para dor e sofrimento? A Teologia da Prosperidade se torna extremamente atraente por defender o “uso da fé para alcançar o estilo de vida produzido atualmente na sociedade capitalista: próspero, saudável e feliz (felicidade entendida como sinônimo de prazer e capacidade de consumo de bens materiais)”. (ESPERANDIO, 2013, p. 17). Para Dunn (1999, p. 68), “[...] se o enfermo não possui esses elementos, sua espiritualidade é colocada seriamente em dúvida”.

As igrejas acabam atraindo muitos fiéis na busca por esse estilo de vida e pela cura e, quando essa cura não acontece, o problema logo é atribuído à falta de fé, falta de “determinar” e “tomar” posse da benção ou a pecados cometidos. Ou seja, a “culpa” do “mal”, seja ele qual for, é da pessoa, e cabe a ela a resolução, conforme afirma Soares (1997, p. 17). Para ele, “não precisamos pedir ao Senhor a benção, e sim, exigir que ela se manifeste em nossa vida”. Soares (1997, p. 21) segue argumentando que “Sentir que você não é digno da benção, achar que não possui fé suficiente para reclamá-la ou determiná-la é um dos truques que o diabo usa para continuar escravizando-o”. Ou seja, a pessoa tem o domínio sobre a situação, só não está sabendo como exercê-lo.

Romero explica que:

[...] o movimento da “confissão positiva” tem se alastrado na comunidade evangélica brasileira nos últimos anos. Conhecido popularmente como a “teologia da prosperidade”, esta corrente doutrinária ensina que qualquer sofrimento do cristão indica falta de fé. Assim a marca do cristão cheio de fé e bem sucedido é a plena saúde

física, emocional e espiritual, além da prosperidade material. Pobreza e doença são resultados visíveis do fracasso do cristão que vive em pecado ou que possui fé insuficiente. (ROMERO, 1996, p. 5).

Nessa proposta da Teologia da Prosperidade, o estado no qual a pessoa se encontra é de inteira responsabilidade dela: seja por sua fé ou por sua conduta. Nesse contexto, fé significa ter a convicção de que Deus “deve aos seus filhos, a prosperidade, saúde, riqueza e bem-estar”. (ESPERANDIO, 2013, p. 23).

Romeiro (1995, p. 35) chama a atenção para os riscos da “confissão positiva” ou “evangelho da saúde e da prosperidade”. Essa doutrina ensina que o crente deve ser financeiramente próspero e livre de qualquer enfermidade durante toda a sua vida. Segundo o autor, “a Confissão Positiva passou a representar também um risco à integridade física das pessoas”, levando muitas a perderem suas vidas ao aplicarem seus ensinamentos. O autor relata que pode acontecer que, se “um aidético ir a um culto, alguém orar por ele, decretar a sua cura e imediatamente anunciar que Jesus já o curou. [...], alguns meses depois, a igreja é obrigada a celebrar o seu funeral.” (ROMEIRO, 1995, p. 69).

Essas situações podem ocorrer porque o propósito da Confissão Positiva é “trazer à existência o que se declara com os lábios, por meio da palavra, determinando a existência das coisas, a realização dos desejos” (ESPERANDIO, 2013, p. 19). Ou seja, tudo que a pessoa precisar basta determinar que será realizado.

Logo, a pessoa com deficiência, pode e deve chamar à existência a sua cura e Deus terá que atendê-la, pois é “promessa” de que Jesus, através de sua morte e ressurreição, já levou nossas enfermidades. E, segundo Hagin, “desde que Jesus levou nossas doenças e enfermidades, não precisamos mais levá-las!”. Ele conclui dizendo: “não continue a levar o que Jesus já levou para você na cruz do calvário” porque “Jesus comprou nossa cura assim como providenciou a remissão de nossos pecados.” (HAGIN, 2000, p. 40 apud MARTENS, 2013, p. 20).

Nessa mesma linha, Macedo declara que:

A partir dessa convicção de fé, ela passa a fazer de sua posse todas as promessas de Deus, firmando-se especialmente na cura divina, dizendo consigo mesma: “Se o Senhor Jesus tomou nossas enfermidades e carregou nossas dores, Ele tomou o meu câncer. Como a Palavra de Deus não pode mentir, então esse câncer é uma mentira do diabo em minha vida; eu não aceito em nome do meu Senhor Jesus”. (MACEDO, 2004, p. 121 apud ESPERANDIO, 2013, p. 26).

Esperandio (*id*) segue relatando que: “Macedo fala ainda que, a despeito da presença de possíveis sintomas, o indivíduo deve seguir firme no pensamento da cura, evitando qualquer conselho alheio que o destitua da fé”. Isso representa um risco, pois, muitas pessoas com algum

problema grave de saúde e que requer tratamento com medicações fortes e acompanhamento médico periódico, podem se deixar envolver por esse tipo de ensino e abrir mão de todos os cuidados, piorando seu estado clínico.

Portanto, pode-se observar que nesse modelo teológico não há espaço para a inclusão de pessoas com deficiências, pois, nesse contexto, todos devem ser curados e os que não recebem a cura, acabam não se sentindo dignos de se tornarem membros dessas comunidades, pois, de algum modo são responsabilizados por seu estado físico. Esses conceitos de falta de fé ou de presença de pecado, apregoados por essa linha teológica, contribuem para marginalizar e excluir as pessoas com deficiências de suas comunidades e de seus programas.

Os autores Pereira e Ribeiro (2014, p. 213) afirmam que: “[...] as pessoas com deficiência frequentemente são vítimas de discriminação e preconceito numa sociedade que privilegia a estética e a produtividade”. Nos ambientes eclesiais, as práticas precisam ser diferentes, as pessoas com deficiência precisam ser acolhidas e atendidas em suas necessidades.

A disseminação da Teologia da Prosperidade tem afetado a eclesiologia de modo geral. Grande parte das igrejas protestantes, tradicionais, pentecostais ou neopentecostais tem sido influenciada por essa corrente teológica. E, as pessoas com deficiências físicas acabam sendo marginalizadas por sua suposta falta de fé. As pessoas com deficiências, conforme explica Darke (2015, p. 76), “vivem cada dia numa realidade que não lhes permite esquecer que aguardamos um futuro melhor”. No entanto, “em alguns lugares prega-se uma teologia da prosperidade que anuncia uma vida sem dificuldades a que nós, como cristãos, teríamos acesso desde já”. De certa forma, as teologias atuais têm contribuído para que a inclusão de pessoas com deficiências não seja prioridade nas igrejas, já que nestas linhas teológicas é ensinado que Deus prometeu curar a todos.

É importante enfatizar que outras teologias também dificultam o acolhimento de pessoas com deficiência física. Igrejas que adotam modelos convencionais de trabalho, por exemplo, tendem a direcionar seus esforços em atender as pessoas consideradas “normais”, que são aquelas que representam a maioria da população, os “diferentes” acabam fora do foco. Por isso, é preciso identificar o que caracteriza uma igreja acolhedora que pratica uma teologia bíblica de inclusão.

4 A PRÁTICA DE UMA TEOLOGIA BÍBLICA DE INCLUSÃO PELAS IGREJAS

A igreja deve ser agente que facilite o acesso ao Reino de Deus para todas as pessoas. Jesus veio ao mundo para resgatar a dignidade dos excluídos e foi pioneiro na inclusão de todas

as pessoas. “Na raiz do Evangelho, portanto, está o fato de que Jesus não somente abriu caminho, ele se fez caminho de acesso ao Pai – eu sou o caminho, e a verdade e a vida (Jo 14.6) e incluiu todas as pessoas [...]” (RENDERS, 2011, p. 68). No entanto, adverte a autora: “ao perguntarmos pelas práticas eclesiais no decorrer da história, contrariamente ao Evangelho do Cristo, as igrejas não estão isentas da prática segregadora e excludente”. (RENDERS, 2006a, p. 68) Elas, algumas vezes, foram e ainda são espaços de exclusão e segregação, bem como coniventes com a exclusão social. (RENDERS, 2006a, p. 69).

Na Idade Média, nos primórdios da igreja, a nova comunidade cristã ensinava a importância do serviço, enfatizando a compaixão e amor pelos que estavam à margem da sociedade. E, dessa forma, eles expressavam sua devoção a Cristo, o que tornou a pessoa com deficiência um símbolo Dele (DARKE, 2015, p. 52). Darke ainda afirma que “os crentes sujaram suas mãos cuidando de pessoas doentes ou com deficiências[...] em nome de Cristo, considerando isso um privilégio” (*id*). Dessa forma, o doente e os deficientes eram vistos como uma oportunidade de servir a Deus cuidando do próximo.

A igreja, como seguidora de Jesus, e que busca praticar o que a Bíblia diz, precisa ser agente de transformação e inclusão dessa classe de pessoas que busca ser aceita, e como todo ser humano, tem a necessidade de pertencer à comunidade na qual está inserida. Para isso, é preciso muito mais do que reformas em seus templos, “precisamos voltar ao Cristo que nos trouxe os fundamentos do Evangelho como a abertura de Deus a todas as pessoas”. (RENDERS, 2011, p. 68).

Dessa forma, além do desafio de construir espaços acessíveis a todas as pessoas, está “o consequente rompimento de barreiras (físicas, comunicacionais ou atitudinais) socialmente impostas às pessoas com deficiência.” (RENDERS, 2006a, p. 145). Sempre que se fala em inclusão, o foco são as barreiras arquitetônicas. Entretanto, não se pode esquecer que é preciso ações diversas para atender as diferentes pessoas com deficiências.

Walber e Silva (2006, p. 36) explicam que não existe uma forma única de inclusão, mas que vão sendo construídas, constantemente, práticas de inclusão, tanto pelas pessoas com deficiências, como pela sociedade de uma forma geral. É preciso inventar e conquistar essas práticas diariamente, visando equacionar os problemas enfrentados, e isso requer disposição e empenho.

A presença de pessoas com deficiências em espaços públicos, incluindo as igrejas de modo geral, ainda é muito pequena. Isso pode estar relacionado ao fato de que muitas barreiras ainda existem e a maioria dos espaços eclesiais não tem acesso em sua estrutura física e nem em suas teologias. Com isto concorda Renders (2006b, p. 12), “os espaços públicos e privados

não apresentam condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, seja em condições físicas (de locomoção) ou em condições atitudinais (de comunicação e respeito)”.

Além disso, alguns conceitos equivocados sobre deficiência ainda fazem parte das pregações, por causa da herança histórica como afirma Figueira (2015, p. 113): “Conceitos de que pessoas com deficiência são frutos de castigos, pecados, de pessoas que precisam viver a base de caridade viajaram ao longo do tempo e dos séculos e chegaram até nós quase intocados”. Renders (2006b, p. 94) concorda que: “mesmo quando se fala de inclusão, os estigmas impostos às pessoas com deficiência ainda não foram superados, parece que ainda carregamos sua força simbólica - mesmo que de forma subjacente”.

Darke (2015, p. 23) conta que ela “não conseguia entender que a população de pessoas com deficiência é “um povo não alcançado” pelo evangelho”, mesmo que se percebam algumas dessas pessoas nas ruas próximas às igrejas. A autora ainda afirma que “poucas igrejas buscam-nas com o evangelho ou com apoio pastoral”. Ou seja, “em certo sentido, elas são invisíveis, subsistem na mesma comunidade, mas são esquecidas e excluídas”.

Mesmo com o tema da inclusão em alta em todos os segmentos, Darke (2015) afirma que: “infelizmente encontramos nas igrejas muita confusão e pouca informação sobre o assunto e, como resultado, a indiferença. É preciso ouvir as vozes daqueles que têm algum tipo de deficiência para que possamos entender sua vida e o clamor de seu coração”. (DARKE, 2015, p.16).

Render (2006b, p. 132) afirma que “o desafio que se coloca à teologia é o de considerar as pessoas com deficiência como um lugar teológico”. E, para que isto aconteça, é necessário reconhecer as diversidades de saberes e “a superação da teologia de uma só fala” que enfatiza as pessoas ditas normais e perfeitas abençoadas por Deus. A autora conclui que “estamos atrasados, mas ainda é tempo, de ouvirmos o que as pessoas com deficiência têm a dizer sobre a vida e sobre a sua espiritualidade”. (*id*).

A pessoa com deficiência precisa ter liberdade para expor seus questionamentos sobre sua condição física, sua visão de Deus e de toda a dimensão da fé, sem ser discriminada por sua suposta falta de fé. Em relação ao esforço de inclusão feito pelas igrejas atuais, Darke (2015, p. 25) afirma que as igrejas não têm feito todo o possível para incluir as pessoas com deficiência em seus campos de ação. E que, muitas vezes, tem agido de forma discriminatória, sem perceber. Ela ainda menciona o fato de que, “como igreja, pouco temos refletido teologicamente, e essa falha é percebida na ausência de pregações que abordem o tema deficiência”. (*id*).

Mesmo assim, concorda Renders (2006b, p. 90), “entendemos que a inclusão é um tema pertinente à teologia, desde as pronunciadas confissões de fé até as práticas pastorais por elas suscitadas”. A igreja precisa estar atenta e buscar conhecimento sobre o processo de inclusão, “tendo em vista a construção de uma sociedade inclusiva e a necessária visibilidade (sociologia das emergências) das pessoas com deficiência nos discursos teológicos e nos espaços eclesiais”. (RENDERS, 2006a, p. 13).

Muitas vezes as Igrejas não sabem como lidar com pessoas deficientes, não se sentem preparadas para acolher essas pessoas que por sua vez acabam não voltando aos seus eventos. O desafio é se tornar uma igreja verdadeiramente bíblica em que todos sejam bem acolhidos, sentindo-se parte da comunidade. No entanto, Jesus acolheu as pessoas excluídas, dando-lhes dignidade, mostrando que os deficientes são bem-vindos ao reino de Deus, mesmo que ainda não estejam curados. Darke (2015, p. 89) explica que Jesus não ficou “indiferente diante da situação delas, antes, tomou medidas para ajudá-las e oferecer-lhes uma oportunidade de vida”. A autora também chama a atenção para a questão da inclusão a partir da igualdade “somos todos seres humanos, só que com algumas diferenças. Essa verdade pode nos dar uma pista ao começarmos (sic) praticar a inclusão”. (*Ibid.*, p. 127).

August (2013), baseado em dados coletados para sua pesquisa, apresenta oito marcas que identificam uma igreja acolhedora para pessoas adultas sem cônjuge. No entanto, essas marcas também podem ser aplicadas a qualquer grupo minoritário dentro das igrejas, inclusive para as pessoas com deficiências físicas, sobre as quais serão destacadas sete dessas marcas.

A primeira marca destacada “é que essa igreja compreende a realidade dessas pessoas”. (AUGUST, 2013, p. 43). Para compreender a realidade da pessoa com deficiência física é preciso estar disposto a conviver com ela. August (2013, p. 47) descreve que: “[...] a igreja que deseja acolher as pessoas [...] e integrá-las na comunidade de fiéis irá investir na conscientização da igreja e no apoio a um ministério específico direcionado a esse segmento de pessoas.” E que esses ministérios, com seus programas “irão atender aos seus interesses e necessidades”. (*ibid*, p. 55).

A segunda marca é a capacitação de pessoas para atuarem junto a esse público (*ibid*, p. 77). Da mesma forma, a igreja precisa promover treinamentos para que as pessoas aprendam a lidar com os questionamentos e os problemas trazidos pelas pessoas com deficiência física, “sabendo quando ouvir e quando falar, para que possam deixar seu lugar de invisibilidade e desenvolver seu potencial como filhos amados e filhas amadas de nosso Senhor Jesus”. (*ibid*, p. 85).

A terceira marca é a adequação das estruturas às novas necessidades (*ibid*, p. 89). Em se tratando de pessoas com deficiência física, não tem como acolhê-las sem que essa marca seja de fato praticada. A igreja precisa atender as necessidades físicas, eliminando as barreiras arquitetônicas, e também os questionamentos levantados por essas pessoas em relação a sua fé, cura e até mesmo aceitação de sua condição.

A quarta marca “estimula a organização de pequenos grupos específicos” (*ibid*, p. 101). As pessoas têm mais facilidade em compartilhar suas angústias e necessidades num ambiente onde há outros que se identificam com elas. August (2013, p. 114) explica que “[...] as pessoas sem igreja têm a oportunidade de conhecer pessoas com realidades similares à sua e poderão desenvolver sua fé de maneira contextualizada às suas necessidades [...]”.

A quinta marca “favorece o convívio fraterno” (*ibid*, p. 117). Isso pode acontecer através de eventos e oportunidades proporcionadas pela igreja, que estimulem a convivência sem distinção com os outros membros. (*ibid*, p. 127).

A sexta marca “proporciona oportunidades para servir” (*ibid*, p. 131). O autor enfatiza a necessidade de se criar, nas igrejas, espaços para que todos os membros recebam, se possível, “oportunidades iguais de ministério” sempre observando seus dons e talentos. (*ibid*, p.139). Segundo Reimer (2011, p. 266), as igrejas que são voltadas para as necessidades das pessoas, “são igrejas em que as palavras e ações são coerentes (Lc 9.2 e 11); e consideram-se responsáveis pelo bem-estar das pessoas ao seu redor (Mt 5.13-16)”. Ou seja, a igreja busca suprir as necessidades das pessoas e integrá-las ao ministério no qual possam servir a partir do que a Bíblia orienta.

Por fim, a sétima marca “desenvolve a comunicação bidirecional”. (AUGUST, 2013, p. 143). Uma das características de uma igreja que acolhe as pessoas é a preocupação em desenvolver uma comunicação a qual permita a liderança transmitir para a comunidade os valores, programas e ensinamentos, e também possibilita que a comunidade expresse suas expectativas e necessidades para a liderança da igreja. Segundo o autor, todas as outras marcas de uma igreja que acolhe a todos, só se tornarão reais na igreja se “houver uma comunicação bidirecional eficaz na comunidade”. Ou seja, a liderança não só expõe suas ideias, é preciso ouvir o que o grupo tem a dizer sobre suas necessidades.

August (2013, p. 157) enfatiza ainda que:

Caso a igreja queira atuar junto a algum outro segmento específico da sociedade (como minorias étnicas, pessoas em situação de rua, surdos, dependentes químicos, etc), também deverá compreender a realidade desse público específico e praticar princípios bíblicos aplicáveis a ele.

As marcas apresentadas mostram que é possível trabalhar a questão da inclusão, na igreja, de qualquer grupo minoritário, e isto de acordo com os princípios bíblicos.

CONCLUSÃO

Ficou evidente na pesquisa que as igrejas poderiam praticar uma teologia bíblica de inclusão mais eficaz, que contemple as reais necessidades das pessoas. Evidências históricas mostram que a ideia sobre a pessoa com deficiência, dependia das crenças espirituais de cada cultura. E essas crenças eram determinantes para a forma de tratar essas pessoas. Algumas culturas atribuíam a deficiência a castigo dos deuses, a maus presságios. Alguns povos simplesmente exterminavam as crianças que nasciam com alguma deformidade, outros as excluía ou segregavam do convívio social. O cristianismo, porém, promoveu o resgate das pessoas com deficiências, devolvendo-lhes a dignidade.

Com relação à Teologia bíblica de inclusão, nos Evangelhos de Marcos, Lucas e João, são narradas algumas ações de Jesus que mostram sua compaixão e amor pelos grupos minoritários que eram excluídos e marginalizados em sua época, deixando um exemplo que deve ser seguido pela igreja. Teologias atuais, no entanto, como a da Prosperidade, têm atraído muitas pessoas por causa das promessas de que o crente não precisa mais sofrer, nem falta de bens materiais e nem falta de saúde, pois Jesus já levou sobre si as enfermidades. Essas afirmações são feitas com base em interpretações de textos fora de seu contexto, e também em experiências metafísicas, supostamente vividas por seus precursores. Essas linhas teológicas acabam contribuindo para a discriminação e exclusão das pessoas com deficiências físicas, porque atribui a sua deficiência a falta de fé.

Por outro lado, as marcas de uma igreja acolhedora para inclusão de pessoas com deficiências contemplam, de acordo com August (2013): compreender a realidade dessas pessoas; capacitar pessoas para atuarem junto a esse público; adequar as suas estruturas às novas necessidades; organizar pequenos grupos específicos para acolher essas pessoas; favorecer o convívio fraterno dessas pessoas com os demais membros da igreja; proporcionar oportunidades para que as pessoas com deficiências também possam servir, e por fim, desenvolver a comunicação bidirecional. Vale ressaltar que esse estudo não esgota a análise sobre a inclusão de pessoas com deficiências nas igrejas, porém, reconhece a importância de uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema.

Conclui-se que as igrejas têm tido dificuldades para praticarem uma teologia bíblica de inclusão de pessoas com deficiências físicas, pois há várias barreiras, tanto físicas quanto

teológicas. Conclui-se também que o tema inclusão é pouco, ou quase nunca, abordado em pregações e programas de forma geral.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação entre a sociedade e as pessoas com deficiência. In **Revista do Ministério Público do Trabalho / Procuradoria-geral do Trabalho**, Brasília, n. 21, p.160-173, mar. 2001. Semestral. Disponível em: <http://www.anpt.org.br/site/download/rev_mpt_21.pdf>. Acesso em: 07/7/2016.

AUGUST, Hartmut. **Potencial Invisível na Igreja**. 8 Marcas de uma comunidade acolhedora para pessoas adultas sem cônjuge. Curitiba: Esperança, 2013.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Nova Versão Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2002

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Revelação Profética**. Almeida Revista e Corrigida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

BOCK, Darrell L. Evangelho de Lucas. In: REID, Daniel G. (Ed.). **Dicionário Teológico do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2012, 1 ed. p. 859-878.

BRASIL. Constituição (2000). Lei nº 10098/2000, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos Para A Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência Ou Com Mobilidade Reduzida, e Dá Outras Providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Constituição (2015). Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (estatuto da Pessoa Com Deficiência)**. Brasília, DF, 07 jul. 2015. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art112>. Acesso em: 20 jun. 2016.

DARKE, Brenda. **Deficientes: o desafio da inclusão na igreja**. Traduzido por José Carlos Siqueira. São Paulo: Hagnos, 2015.

DUNN, Ronald. **Porque Deus não me cura?** São Paulo: Mundo Cristão, 1999.

ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. **Retribuição, prosperidade e Graça: Teologias em um mundo de sofrimento**. São Leopoldo/rs: Cebi, 2013.

FIGUEIRA, Emílio. **Teologia da inclusão: a trajetória das pessoas com deficiência na história do Cristianismo**. São Paulo: Figueira Digital, 2015.

KELLER, Timothy. **Justiça Generosa: a graça de Deus e a justiça social**. São Paulo: Vida Nova, 2013.

LEONART, Ana Paula de Souza. A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. In: **Revista Direitos Fundamentais & Democracia: Faculdades Integradas do Brasil**. Curso de Mestrado em Direito da UNIBRASIL. Curitiba, v. 2, n. 2, p.1-60, jul. 2007.

Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/187/179>>. Acesso em: 07/6/2016.

MARTENS, Norton Jansen. **Análise Teológica da concepção da cura de Kenneth Hagin**. 2013. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Teologia, Faculdade Fidelis, Curitiba, 2013.

REIMER, Johannes. **Abraçando o Mundo: teologia de implantação de igrejas relevantes para a sociedade**. Curitiba: Esperança, 2011.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa. As Pessoas com Deficiência, nos Discursos e Espaços Eclesiais. **In: Caminhando**, São Paulo, v. 11, n. 2, p.141-150, 31 dez. 2006a. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/Caminhando/article/view/1189>>. Acesso em: 07/7/2016.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa. **Por falar em ausência...: as pessoas com deficiência**. 2006b. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006b. Disponível em: <[http://tede.meto.dista.br/jspui/bitstream/jspui/1332/1/Elizabete Cristina Costa Renders.pdf](http://tede.meto.dista.br/jspui/bitstream/jspui/1332/1/Elizabete%20Cristina%20Costa%20Renders.pdf)>. Acesso em: 10/6/2016.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa. Inclusão de pessoas com deficiência, a responsabilidade social das igrejas. **In: Caminhando**, São Paulo, v. 2, n. 16, p.65-76, jul. 2011. Semestral. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/Caminhando/article/view/2766/2797>>. Acesso em: 07/6/2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: o paradigma do século 21**. **In Inclusão**. Seesp/MEC, ano I, n. 1, out. 2005, p. 19-23. Disponível em: <<http://www.apabb.org.br/visualizar/Incluso-o-paradigma-do-seculo-21/1182>>. Acesso em: 23/5/2016.

SOARES, R. R. **Como tomar posse da benção**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graça Editorial, 1997.

STADELMANN, Luis I. J. Deficientes físicos na Bíblia. **In: Convergência**, Rio de Janeiro, v. 390, p.79-93, mar. 2006.

STRONG, James. **Nueva Concordancia Strong Exhaustiva: Concordancia Exhaustiva de la Biblia**. Barueri - São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002.

WALBER, Vera Beatriz; SILVA, Rosane Neves da. **As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão?** Estudos de Psicologia I Campinas I 23(1) I 29-37 I janeiro-março 2006.

ZIETZ, Osmar. **Teologia da prosperidade**. 2015. 26 f. TCC (Graduação) - Curso de Teologia, Faculdade Fidelis, Curitiba, 2015.